

História e Teoria da Crítica

por Augusto M. Seabra



Sven Lafe. 4 Acts de Raimund Hoghe © Rosa-Frank.com

6 de novembro
Critérios estéticos, subjetividade e juízos de gosto

13 de novembro
A invenção da modernidade e as mutações dos conceitos de arte

20 de novembro
Crítica, arte(s) e artistas

27 de novembro
A crítica ainda existe?

Critérios estéticos, subjetividade e juízos de gosto

De que falamos quando falamos de “crítica”? Não em termos gerais da possibilidade e do direito de criticar – embora os dois aspetos estejam indissociavelmente ligados – mas de uma reflexão, apreciação e discurso sobre objetos de arte.

A abordagem da crítica implica a história da sua formação, estritamente associado a factos que começaram a ocorrer no século XVII, mas que de modo decisivo se consolidaram no século seguinte, com a afirmação e consagração do Iluminismo, movimento cultural e filosófico que formulou as matrizes das sociedades democráticas-liberais.

A formulação e prática da crítica foi um vetor decisivo da constituição do espaço público e de novas formas de sociabilidade, no sentido concreto em que então se entendia a possibilidade de “viver em sociedade”, discutindo nessa realidade nova que eram os cafés ou, a nível mais privado, os *salons*. Em particular a crítica foi possibilitada por, 1) a afirmação em público de divergências, com a *Querelle des Anciens et Modernes* que ocorreu em França a partir de 1687 – com um precedente já noutra “querelle” sobre o *Cid* de Corneille, em 1637; com a constituição de um mercado da arte, *facto novo* e decisivo a partir da abertura do primeiro teatro público de ópera, o San Cassiano, em Veneza, em 1637, ou da apresentação fora de circuitos fechados de obras de arte, como os *Salons*, num outro sentido, de exposições, começando com aqueles que em França a Academie royale de peinture e de sculpture organizou desde 1673, e sobretudo a partir do momento em que esses *Salons* passaram a ser abertos ao público em geral, a todos os interessados em pintura e escultura, em 1725, primeiro exemplo do que hoje entendemos por exposição); 2) o aparecimento e consolidação da imprensa, processo também ele ocorrido a partir de inícios do século XVII mas crucialmente consolidado no seguinte; 3) enfim com a designação como “público” dos espectadores presentes na plateia de uma representação (e não nos camarotes reservados à aristocracia ou mesmo à Corte), termo que nesse novo sentido foi pela primeira vez referenciado em 1627.

Contemporâneo e concomitante com estas novas formas de sociabilidade foi o decisivo processo filosófico de constituição do “sujeito”, com o *Discurso do Método* e a sua máxima, “*Cogito, ergo sum/ Penso logo existo*”, mas também com o *Tratado das Paixões da Alma* de René Descartes (1596-1650). Não só se afirmava a capacidade do Sujeito ter raciocínio, “*raisonnement*”, mas também se abordavam os particulares sentimentos e modos de sensibilidade que uma obra podia suscitar.

Esse momento fundador na História do pensamento ocidental implicou assim não apenas a afirmação da Razão mas também de uma legítima subjetividade, de um Sujeito afirmar, e afirmar de modo público, as particulares emoções ou reflexões que uma obra lhe suscitavam. Mas a afirmação dessa possibilidade do Sujeito no novo “espaço público” originava também um espaço de intersubjetividade e portanto de discussão pública dos “gostos”, designadamente patente em reflexões de dois dos mais influentes filósofos do Iluminismo, Montesquieu (1689-1755) no *Essai sur le goût* e David Hume (1711-1776) nos *Essays on Taste*, e foi plenamente afirmada na *Crítica da Faculdade de Juízo* de Immanuel Kant (1724-1804), assim se consagrando também a possibilidade de um trabalho especificamente de crítica artística, de que o grande exemplo é a correspondência de Diderot (1713-1784) sobre os *Salons*.

Mas a intersubjetividade implicou de igual modo a discussão e a polémica sobre as “normas” e portanto os critérios estéticos – e já não sobre as regras do “Belo”, como sucedia desde a Antiguidade. Como Kant proclamou, “os gostos podem-se discutir”, e isso implicou, e implica desde meados do século XVII, a possibilidade e necessidade da crítica, e da sua expressão pública na imprensa e no espaço público.

Augusto M. Seabra

Augusto M. Seabra exerce crítica, nomeadamente de música e cinema, desde 1977, dedicando-se também em particular à sociologia da arte. Foi um dos fundadores do *Público*, jornal em que é colunista. Foi membro de júris nalguns dos mais destacados festivais internacionais de cinema. É também programador. Foi professor convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CONFERÊNCIAS TERÇAS-FEIRAS 6, 13, 20, 27 DE NOVEMBRO · 18H30 · SALA 2